



CNIS

**RELATÓRIO
DO
PROGRAMA DE AÇÃO
E
CONTAS DE 2022**

Representação Institucional

A CNIS está representada em diferentes instâncias a **nível nacional**, a saber:

Entidade/Organização	Execução
ANEPC – Associação Nacional de Emergência e Proteção Civil	Nada a registar.
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional Conselho Setorial para a qualificação “Saúde e Serviços à Comunidade”	Representação da CNIS enquanto membro de um Conselho Setorial e como Organização do Setor Social e Solidário no Conselho Setorial Saúde e Serviços à Comunidade com pronúncia sobre o “lote 15” do Catálogo Nacional de Qualificações, que abrange os serviços à comunidade, tendo ficado excluída deste lote a saúde.
CAEE – Comissão Nacional de Acompanhamento da Educação Especial	Nada a registar.
CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Semanalmente a Direção da CASES reuniu para tratar dos assuntos relativos à sua gestão. No âmbito do Programa de Apoio Institucional às Entidades (PAIE) foi elaborado, em abril, o relatório de execução do ano 2021 e, em dezembro, a candidatura ao programa para o ano de 2023.
Comissão de Acompanhamento de Acordos estabelecidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 138/2013, de 9 de outubro e do processo de devolução dos hospitais das Misericórdias	Nada a registar.
Marca Entidade Empregadora Inclusiva	Reunião com a participação da CNIS a 14 de dezembro, na qualidade de júri.
CES – Conselho Económico e Social	Participação em diversas reuniões plenárias e em algumas comissões especializadas com vista a preparar pareceres para o plenário.
CNC – Comissão Nacional de Cooperação	Em 2022 foram realizadas 3 reuniões da CNC : i. Uma reunião extraordinária, a pedido da DGSS, a 4 de março , tendo como único ponto de agenda a Gratuitidade das Creches; ii. Uma reunião, a pedido das ORSSS, realizada a 19 de outubro , para Balanço da execução do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Protocolo para o biénio 2021-2022; iii. Não tendo sido possível realizar o referido balanço na reunião de 19 de outubro, por inclusão de diversos pontos de agenda, entendeu-se marcar uma nova reunião exclusivamente para esse efeito, realizada a 14 de novembro.

Entidade/Organização	Execução
CNE – Conselho Nacional de Educação	A CNIS participou na reunião de 19 de setembro onde se elegeram os membros cooptados, se apreciou a proposta de alteração ao regulamento do CNE e se elegeram os coordenadores das comissões especializadas permanentes. A CNIS optou por estar presente na 3.ª comissão “Escola e sociedade” . Esta reunião foi presidida pelo novo presidente do CNE, Prof. Doutor Domingos Fernandes.
CNES – Conselho Nacional para a Economia Social	Nada a registar.
CNPDPJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	A CNIS participou na reunião plenária de 19 de setembro onde se analisou a situação das crianças deslocadas da Ucrânia em Portugal.
CNSM – Conselho Nacional para a Saúde Mental	Pelo Despacho n.º 692/2022, de 5 de janeiro é designado o presidente do CNSM e os membros das áreas dos cuidados de saúde primários, dos cuidados hospitalares e dos cuidados continuados integrados. A CNIS integra o Conselho Nacional, que não foi convocado.
CoLabor – Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social	A CNIS participou na definição e dinamização das suas iniciativas .
Comissão Acompanhamento, Monitorização e Avaliação Intersectorial dos projetos-piloto previstos no Estatuto do Cuidador Informal, no âmbito do Despacho n.º 10045/2020, de 19 de outubro	O Decreto Regulamentar n.º 1/2022, de 10 de janeiro estabelece os termos e as condições do reconhecimento do estatuto do cuidador informal, bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e à pessoa cuidada. Este diploma prevê ainda a criação de uma Comissão de Acompanhamento do ECI a ser definida a composição e constituição. 1ª reunião com a participação da CNIS, a 28 de dezembro.
CPES – Confederação Portuguesa da Economia Social	A CPES esteve envolvida no processo eleitoral tendo a CNIS assumido uma vice-presidência. Quanto aos grupos de trabalho: i. GT Transição Digital e Inovação Social – Iniciou em 2021, mas não funcionou em 2022; ii. GT Qualificações, Competências e Emprego – participação numa reunião e contributos para o trabalho em curso pelo ISCTE; iii. GT Alterações Climáticas, Alimentação e Saúde – sem informação.

Entidade/Organização	Execução
CPSS – Comissão Permanente do Setor Social e Solidário	Na CPSSS a CNIS participou/dinamizou um conjunto de medidas que culminaram com a publicação das Adendas ao Compromisso de Cooperação 2021-2022 , assim como o aumento das comparticipações na RNCCI . Não se registou qualquer evolução na área da Educação.
CPV - Confederação Portuguesa do Voluntariado	Participação em duas Assembleias Gerais , a 24 de maio e 15 de novembro e numa reunião extraordinária (tudo por videoconferência).
ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em situação de Sem Abrigo	Nada a registar.
Fundação INATEL	Participação nas duas reuniões do Conselho Consultivo : a 27 de abril e 7 de dezembro.
FRSS – Fundo de Reestruturação do Setor Social e Solidário	A CNIS participou nas reuniões de acompanhamento dos Planos de Reembolso .
LCAES – Linhas de Crédito de Apoio à Economia Social	Nada a registar.
Missão Continente	No contexto da participação da CNIS no Grupo de Reflexão – Envelhecimento da Missão Continente, a Dra. Maria João Quintela participou, por videoconferência, na segunda sessão de trabalho deste Grupo, que teve lugar no dia 03 de maio, em Lisboa.
PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados	Participação em duas reuniões da comissão executiva e acompanhamento das respetivas atividades.
POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	Participação nas reuniões da Comissão Nacional de Acompanhamento . Participação num webinar sobre os custos simplificados .
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência	A Comissão Nacional Acompanhamento (CNA) reúne em plenário integrando todas as subcomissões. A CNIS integra a Comissão Especializada Social e a Comissão Especializada Território , que reúnem autonomamente enquanto comissões e depois reúnem também com a CNA, quando plenária. A CNIS esteve presente em todas as reuniões .
SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	Em reunião do Conselho Nacional , a 19 de abril, foi aprovado o 1º Plano de Ação para o Horizonte 2024 do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das dependências 2021-2030. A 30 de junho, na reunião do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS), a CNIS foi representada pelo Sr. Dr. Carlos Batalha – Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS. Neste encontro foram apresentadas as novas metas para o FNAS e o novo Plano Nacional.

Entidade/Organização	Execução
	A 7 de dezembro a CNIS participou na apresentação do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência e do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool 2021.

A CNIS está ainda representada, ao **nível regional/distrital/municipal**:

Entidade/Organização	Execução
CDC – Comissões Distritais de Cooperação	No ano de 2022 foram realizadas as seguintes reuniões das CDC : i. Bragança – 2 reuniões; ii. Coimbra – 1 reunião; iii. Guarda – 4 reuniões; iv. Leiria – 1 reunião; v. Lisboa – 1 reunião; vi. Porto – 4 reuniões; vii. Setúbal – 3 reuniões.
CRSM – Conselhos Regionais para a Saúde Mental	Não se registou qualquer convocatória.
POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	Nada a registar.
Conselho Municipal da Saúde de Loulé	Nada a registar.
Conselho Municipal de Educação de Lisboa	Nada a registar.

A CNIS está ainda representada em diferentes instâncias **a nível europeu**, a saber:

Entidade/Organização	Execução
Fórum Consultivo EASO – Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo	Nada a registar.

Programa de Ação

Eixo Estratégico I – Promover os valores e preservar a autonomia e identidade das IPSS e do Setor Solidário

Objetivo	Ação	N.º	Execução
Preservar e afirmar a identidade e autonomia das IPSS e os valores que orientam a sua ação, ra.	Dia da CNIS – realização de um Seminário com tema a confirmar.	I.1	<p>O Dia da CNIS foi celebrado com a realização do Seminário de Encerramento do Projeto de Investigação TFA – “TheoFrameAccountability – Como promover a prestação de contas numa perspetiva social, económica e financeira do setor da economia social: o caso das IPSS”, promovido pela Universidade de Aveiro, CNIS, Instituto Politécnico de Coimbra e Instituto Politécnico do Porto, no dia 18 de janeiro. O evento, realizado via plataforma zoom, contou com a participação de diversas entidades parceiras num total de 186 participantes.</p> <p>A celebração deste importante dia para CNIS ficou marcada por uma mensagem de vídeo da Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, e pelo debate do tema “Do financiamento à sustentabilidade da economia social: presente e futuro”, moderado por Dra. Deolinda Meira e com as intervenções de Dra. Catarina Marcelino, Dr. Rafael Chaves Ávila e Dra. Susana Bernardino.</p>
	Promoção e organização da Chama e XV Festa da Solidariedade .	I.2	<p>A Chama e a XV Festa da Solidariedade realizaram-se em Viana do Castelo, com o envolvimento ativo da UDIPSS de Viana do Castelo, que comprometeu todas as IPSS e autarquias do distrito.</p> <p>A chegada da Chama aconteceu a 24 de setembro, numa sessão presidida pela Secretária de Estado da Inclusão, Dra. Ana Sofia Antunes.</p>
Promover e afirmar a identidade do Setor	VI Congresso temático .	I.3	A cidade de Viseu , mais concretamente a ESTGV – Escola Superior de Tecnologia e

Objetivo	Ação	N.º	Execução
Social Solidário.			<p>Gestão de Viseu acolheu, nos dias 7 e 8 de junho, o VI Congresso da CNIS “As IPSS nas Políticas Sociais”. Marcado pelo regresso aos eventos presenciais, o Congresso teve uma elevada adesão e participação, contando com 282 participantes de 149 entidades, o que demonstram a pertinência dos temas em debate – O Pilar Europeu dos Direitos Sociais; O Triângulo da Cooperação: Estado, Poder Local e o Setor Social e Solidário; Que Modelos de Regulação para o Setor Social e Solidário; A Cooperação em Ação: Práticas Inovadoras; e Desafios e Constrangimentos na relação das IPSS com o Estado. A elevada participação nos momentos de debate evidenciou a vontade e o compromisso das Instituições em fazer mais e melhor pelas Pessoas e Comunidades, reforçou o papel ativo e preponderante que desempenham no desenvolvimento dos territórios, bem como na conceção e efetivação das políticas sociais. O Congresso ficou ainda marcado pelo jantar realizado no dia 7, que possibilitou a confraternização e partilha de experiências entre todos os intervenientes, assim como pelas mensagens de vídeo enviadas pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, partilhadas, respetivamente, nas sessões de abertura e de encerramento.</p> <p>As conclusões do Congresso podem ser consultadas aqui.</p>
Realizar ações que visem o reforço da cooperação, intercâmbio e o conhecimento recíproco das instituições.	<p>ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário: consolidação da articulação com a plataforma “Dar e Receber”, da Entreatajuda e realização de ações de divulgação nos diversos</p>	I.4	<p>Registou um total de 102 993 visualizações. A plataforma tem sido alvo de tentativas de ataques informáticos necessitando de ser reformulada, o que terá de acontecer brevemente.</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	domínios.		
	Realização de uma reunião de articulação com os juristas e técnicos que colaboram com as Uniões Distritais, Regionais e Federações.	I.5	Ação não realizada.
	Divulgação de boas-práticas e notícias através da newsletter semanal “Notícias à Sexta” e do Jornal Solidariedade de periodicidade mensal e dos respetivos sites.	I.6	Foi cumprida, tal como planeada.
	Reuniões locais da Direção da CNIS com os Órgãos Sociais das Uniões Distritais, Regionais e das Federações.	I.7	Foram realizadas as 7 reuniões previstas , tendo como agenda: <ul style="list-style-type: none"> i. Partilha de informações e preocupações; ii. Reflexão sobre a articulação e apoio da CNIS às associadas de nível intermédio – Uniões – e associadas de base – IPSS; iii. Outros. <p>Órgãos Sociais das Uniões do Sul – realizada em Évora, a 19 de abril, com a participação de 18 representantes das Uniões de Beja (7), Évora (9) e do Algarve (2). <u>A União de Portalegre não se fez representar.</u></p> <p>Órgãos Sociais das Uniões de Lisboa e Vale do Tejo – realizada em Santarém, a 9 de maio, com a participação de 16 representantes das Uniões de Santarém (8), de Setúbal (3) e de Lisboa (5).</p> <p>Órgãos Sociais das Uniões de Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco – realizada na Guarda, a 20 de junho, com a participação de 23 representantes das Uniões da Guarda (10), de Coimbra (4), de Castelo Branco (3), de Leiria (2) e de Viseu</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
			<p>(4). A <u>União de Aveiro</u> não se fez representar. Órgãos Sociais das Uniões de Porto, Braga, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo – realizada em Paços de Ferreira, a 21 de julho, com a participação de 18 representantes das Uniões do Porto (8), de Vila Real (4), de Braga (4), de Bragança (2). A <u>União de Viana do Castelo</u> não se fez representar.</p> <p>União Regional das IPSS da RAM – realizada no Funchal, a 5 e 6 de julho, com a tomada de posse dos Órgãos Sociais da UIPSS Madeira perante autoridades locais e cerca de 25 IPSS; Conferência proferida pelo Sr. P. Lino Maia sobre “IPSS – Identidade e Autonomia, Sustentabilidade e Cooperação”; reunião com os empossados; reunião com a Secretária Regional da Inclusão Social e com a Presidente do ISS-RAM;</p> <p>União das IPSS dos Açores – reuniões de trabalho com a Direção da URIPSSA, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral, cumprimentos e reuniões de trabalho com Vice-Presidente do Governo Regional (Angra do Heroísmo) e com Presidente do Governo Regional (Ponta Delgada) e reuniões com IPSS da Ilha Terceira e da Ilha de S. Miguel, num total de 45 IPSS;</p> <p>Órgãos Sociais das Federações – realizada em Coimbra, a 12 de setembro, com a Humanitas, a FAPPC e a Federação Solitude, num total de 18 participantes;</p> <p>Avaliação final – esta iniciativa permitiu uma maior proximidade, oportunidade de serem partilhadas questões mais específicas de cada organização e ainda que elementos dos órgãos sociais privassem mais de perto com Uniões da mesma região e com a Direção da CNIS.</p>
Desenvolver e alargar a base de apoio de solidariedade das IPSS, designadamente,	Voluntariado universitário i. Continuidade e otimização das ações previstas nos	I.8	As restrições derivadas da pandemia associadas ao ciclo académico não permitiram avanços com as Universidades e/ou Associações Académicas.

Objetivo	Ação	N.º	Execução
quanto à sensibilização e mobilização para o voluntariado.	<p>protocolos celebrados com a Universidade de Évora, Universidade de Aveiro e Associação Académica da Universidade do Minho;</p> <p>ii. Alargamento à Universidade do Algarve, Politécnico de Bragança e Universidade da Beira Interior.</p>		<p>A Direção decidiu, entretanto, aceitar o convite para colaborar no projeto VolunTalent, financiado pela Portugal Inovação Social - Parcerias para o impacto (POISE) e promovido pela Pista Mágica - Voluntariado & Inovação. Está integrado no Centro de Inclusão Social do Magarão em Avintes e conta com o apoio da EMVIO - Estratégia Municipal de Voluntariado Inteligente e Organizado de Vila Nova de Gaia. Tem como investidor social o Município de Vila Nova de Gaia. Este projeto visa melhorar o acesso ao exercício do voluntariado às pessoas maiores de 18 anos com incapacidade ou deficiência (física ou mental) leve a moderada.</p> <p>A colaboração da CNIS consubstancia-se na integração e participação no Grupo de Trabalho do Eixo 2 do Projeto - Empoderamento das Pessoas Voluntárias.</p>

Eixo Estratégico II - Contribuir para o reforço da organização e qualificação da intervenção das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com as pessoas e as comunidades.

Objetivo	Ação	N.º	Execução
Proporcionar e fomentar oportunidades e programas de capacitação.	Assegurar a participação da equipa de trabalhadores da CNIS em ações de formação.	II.1	Não se registou qualquer ação de formação.
	Realização de seminários especializados sobre temas identificados nos cursos de gestão que necessitam de ser aprofundados, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> i. Planeamento Estratégico; ii. Avaliação de Impacto; 	II.2	A proposta inicial previa a realização de 36 ações, 2 por distrito, tendo sido realizadas 41 ações , com a duração de 12 horas cada, organizadas em 4 módulos de 3 horas. Para serem certificados, os participantes tinham de frequentar 3 módulos. Como a tabela abaixo demonstra participaram 2371 dirigentes e gestores de topo e mais de 50% foram certificados . Como a maioria destas ações se realizou <i>on-line</i> a sua divulgação passou a ser

Objetivo	Ação	N.º	Execução																																
	iii. Gestão de Pessoas; iv. Direito do Trabalho; v. Contratação Pública; vi. Gestão Financeira.		<p>nacional, o que se revelou muito vantajoso quer pela diversidade geográfica dos participantes quer pelo seu maior número.</p> <p>Assim:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>N.º</th> <th>Seminários</th> <th>Inscritos</th> <th>Certificados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>13</td> <td>Gestão Pessoas</td> <td>682</td> <td>365</td> </tr> <tr> <td>7</td> <td>Planeamento Estratégico</td> <td>338</td> <td>142</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>Avaliação Impacte</td> <td>92</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>Gestão financeira</td> <td>299</td> <td>194</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Contratação Pública</td> <td>342</td> <td>176</td> </tr> <tr> <td>8</td> <td>Direito do Trabalho</td> <td>618</td> <td>355</td> </tr> <tr> <td>41</td> <td>6</td> <td>2371</td> <td>1272</td> </tr> </tbody> </table>	N.º	Seminários	Inscritos	Certificados	13	Gestão Pessoas	682	365	7	Planeamento Estratégico	338	142	2	Avaliação Impacte	92	40	6	Gestão financeira	299	194	5	Contratação Pública	342	176	8	Direito do Trabalho	618	355	41	6	2371	1272
N.º	Seminários	Inscritos	Certificados																																
13	Gestão Pessoas	682	365																																
7	Planeamento Estratégico	338	142																																
2	Avaliação Impacte	92	40																																
6	Gestão financeira	299	194																																
5	Contratação Pública	342	176																																
8	Direito do Trabalho	618	355																																
41	6	2371	1272																																
	<p>Realização de ações de formação e-learning (certificada, com duração de 25 horas, gratuita para os formandos e realizada em parceria com o IEFP), em áreas diversas, nomeadamente:</p> <p>i. Técnicas de posicionamento, mobilização, transferência e transporte;</p> <p>ii. Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento;</p> <p>iii. Estado de saúde – abordagem geral em contexto domiciliário;</p> <p>iv. Desenvolvimento de crianças e jovens;</p> <p>v. Educação artística – expressão</p>	II.3	<p>Em antecipação ao programa Valorizar Social, a CNIS tem desenvolvido com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto formação certificada, de curta duração, em formato e-learning, com uma oferta formativa bastante diversificada, destinada aos colaboradores das IPSS. Em 2022, realizaram-se 23 ações, inscreveram-se 613 pessoas, frequentaram 410 e certificaram-se 296. As áreas de formação destinam-se essencialmente aos trabalhadores afetos às áreas da infância e idosos, entre outros:</p> <p>i. Ética e deontologia profissional no trabalho com crianças e jovens;</p> <p>ii. Atividades do quotidiano com crianças e jovens;</p> <p>iii. Projetos de intervenção pedagógica;</p> <p>iv. Tipos de envelhecimento;</p> <p>v. Patologias e efeitos psico-sociais decorrentes da hospitalização;</p> <p>vi. Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento.</p>																																

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	dramática/teatro.		
	Elaboração de candidaturas da CNIS , no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual Portugal 2020-2030.	II.4	Não abriram as candidaturas.
Organizar e disponibilizar serviços de apoio e ações de informação e reflexão às Instituições Particulares de Solidariedade Social, Federações e Uniões.	Gabinete de Auditoria Prosseguir a realização de Auditorias e a apresentação de Relatório com Plano de Ações a Implementar.	II.5	O gabinete de auditoria funcionou, durante o 1.º semestre, com 3 técnicos a tempo inteiro e um supervisor, passando a 1 técnico e 1 supervisor a partir de julho. No ano 2022 foram acompanhadas 43 instituições , sendo realizadas aproximadamente 150 visitas .
	Proporcionar apoio e acompanhamento técnico e jurídico às associadas designadamente através da disponibilização de conhecimento e instrumentos práticos para gerir constrangimentos e/ou oportunidades. Inclui respostas a pedidos de informação, apoio técnico, jurídico, pareceres, circulares técnicas, diagnósticos económico-financeiros, entre outros.	II.6	O departamento técnico proporcionou, em 2022, apoio e acompanhamento técnico a 1680 instituições , prestou 881 apoios técnicos tendo sido 584 no âmbito do PEDEPE . A sua intervenção incidiu sobre 30 matérias/temas relativas à natureza e ao modo de funcionamento das instituições, nas áreas da Segurança Social, Saúde e Educação, que resultaram em 25 comunicações às entidades oficiais .
	Divulgação de ações de sensibilização e campanhas em temas	II.7	Destacam-se algumas campanhas divulgadas : i. Participação da CNIS na divulgação da campanha de verão 2022 da FNAS , no âmbito do Plano de Contingência Saúde

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	relevantes para as associadas.		<p>Sazonal do Sistema Nacional de Saúde, em articulação com a DGS para a prevenção do consumo de álcool;</p> <p>ii. ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho: Campanha Europeia 2020-22 "Locais de trabalho saudáveis": aliviar a carga;</p> <p>iii. Q4 – Artigo Calendário do Advento para Crianças ChildDiary: Com a aproximação do Natal, eis uma sugestão de Calendário do Advento Sustentável;</p> <p>iv. Orientações gerais para propostas de publicações no âmbito da iniciativa “Sabia que...?” Campanha Primeiros Anos a Nossa Prioridade, uma iniciativa promovida pelo ProChild CoLAB que conta com a colaboração dos parceiros da campanha;</p> <p>v. DGS – Campanha “Proteja-se do Frio e Calor”;</p> <p>vi. Plataforma digital «Portugal for Ukraine».</p>
	Organizar iniciativas de informação e de esclarecimento com as IPSS que desenvolvem as respostas sociais para as quais se prevê alteração legislativa: ERPI, Centro de Dia, Centro de Convívio, SAD, CATL e Casas Acolhimento.	II.8	A concretização desta ação foi prejudicada pela não elaboração/publicação das iniciativas legislativas previstas.
	Organização e dinamização dos Grupos de Conhecimento e Operacionalização nas áreas: i. RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;	II.9	<p>i. RNCCI – não se concretizou devido à ausência de resposta às diligências efetuadas pela CNIS;</p> <p>ii. SNIPI – não se concretizou devido à ausência de resposta às diligências efetuadas pela CNIS junto da Presidente da Coordenação Nacional;</p> <p>iii. SAD – grupo foi ativado, em fevereiro de 2022, para auscultação no âmbito do</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	ii. SNIP – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância; iii. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; iv. Acolhimento residencial de crianças e jovens ; v. CRI – Centro de Recursos para a Inclusão; vi. CACI -Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão; vii. Centro de Dia ; viii. CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.		<p>pedido de pronúncia à CNIS sobre a proposta de portaria: “as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social do Serviço de Apoio Domiciliário” sem que, até ao momento, se tenha concretizado a sua publicação;</p> <p>iv. Acolhimento residencial de crianças e jovens – não se concretizou devido à ausência de resposta às diligências efetuadas pela CNIS. Esta Confederação reforçou junto do ISS, I.P. o seu entendimento quanto à necessidade desta modalidade de acolhimento ser desenvolvida de forma articulada com o processo de implementação do acolhimento familiar, reiterando a urgência da sua regulamentação;</p> <p>v. CRI – não se concretizou devido à não retoma dos trabalhos do grupo previstos no âmbito do Compromisso de Cooperação;</p> <p>vi. CACI – considerando o trabalho já efetuado pela CNIS em 2021, perante a ausência de respostas do MTSSS e ISS, I.P às reiteradas interpelações efetuadas pela CNIS em 2022, e uma vez que não se concretizou a publicação do Guião Técnico de apoio à transição da resposta social CAO para CACI, este grupo não foi ativado;</p> <p>vii. Centro Dia – Não se concretizou conforme descrito na ação II.8;</p> <p>viii. CATL – Não se concretizou conforme descrito na ação II.8.</p>
	<p>Gratuidade da frequência em creche para crianças do 1º e 2º escalão:</p> <p>i. Monitorização da aplicação da medida;</p> <p>ii. Realização de 4 webinar’s de</p>	II.10	<p>A Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro apresentou o objetivo de alargamento progressivo da medida da Gratuidade da Creche e Amas (Creche Familiar), entrando em vigor a 1 de setembro de 2022. Neste âmbito, as ORSSS e o MTSSS procederam ao processo negocial para definição da aplicabilidade da medida e da sua operacionalização, incluindo o apuramento dos custos real e técnico da resposta social Creche</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	<p>esclarecimento às Associadas sobre o Regulamento das participações familiares, cálculo do rendimento <i>per capita</i> familiar, coerência entre regulamento interno de funcionamento da resposta, processo individual e contrato de prestação de serviços.</p>		<p>que serviram de base à consensualização do valor de participação mensal a ser assumido pela Segurança Social no ano de 2022 para as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021. Com a publicação da Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, que alarga a medida a todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, inclusive, e da 2ª Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Protocolo para o biénio 2021-2022, na mesma data, foram realizadas pela CNIS duas sessões explicativas sobre a Gratuitidade das Creches, à distância via plataforma zoom, para as associadas com as respostas sociais Creche e Creche Familiar, que contaram com 1292 participantes de 973 instituições.</p> <p>Em setembro de 2022, a CNIS disponibilizou às suas associadas uma minuta de regulamento interno de funcionamento e de contrato de prestação de serviços.</p>
	<p>Encontro de reflexão sobre o Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI).</p>	<p>II.11</p>	<p>Em resultado de uma reunião realizada com o Instituto Nacional de Reabilitação, I.P. – entidade responsável pela conceção, implementação e gestão dos projetos-piloto – sobre os Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) que operacionalizam o programa MAVI, e considerando o trabalho desenvolvido por este organismo, nomeadamente ao nível da avaliação da execução, apresentada num encontro com os CAVI, bem como o prolongamento do funcionamento dos projetos-piloto até 30 de junho de 2023, a CNIS entendeu não ser oportuno realizar o encontro de reflexão previsto. Neste sentido, foi incluída uma nova ação no Programa de Ação 2023 II. 13. Futuro dos CAVI – Centros de Apoio à Vida Independente com a conclusão dos projetos-piloto: apuramento dos custos de funcionamento dos projetos piloto nas associadas da CNIS. Não obstante a necessidade de realizar de forma exaustiva este trabalho em</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
			2023, em novembro de 2022 foi realizada uma visita e reunião com o CAVI de uma associada no sentido de iniciar um trabalho de balanço dos projetos piloto, de apuramento dos custos do seu funcionamento, bem como de identificação de oportunidades de melhoria a considerar numa futura reconfiguração do seu funcionamento.
	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – acompanhamento e informação sobre os programas com interesse para o setor.	II.12	A CNIS procedeu à divulgação das candidaturas no âmbito do PRR, designadamente em: https://cnis.pt/prr-candidaturas/
	CoLabor (Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social) – Participação no estudo sobre “ <i>Long-term care</i> ”.	II.13	Foi concluído o trabalho sobre o impacto da pandemia nos lares de idosos.
Estimular a investigação, compilar e divulgar documentação.	Conclusão do projeto de Investigação “ Como promover a prestação de contas, numa perspetiva social, económica e financeira, no setor da economia social: o caso das IPSS ”, financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia e promovido pelos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, de Aveiro, do Porto e de Coimbra:	II.14	O Seminário de Encerrado do Projeto TFA realizou-se, via zoom, no dia 18 de janeiro aquando da celebração do Dia da CNIS, como referido na ação I.1.

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	i. Realização de um seminário de encerramento do projeto; ii. Lançamento do Anuário.		
	Central de Balanços manutenção e desenvolvimento. Publicar os dados analisados e os respetivos indicadores referentes às contas de 2020 para a amostra de 565 IPSS e para a amostra duplicada.	II.15	<p>Para os efeitos de apoio à tomada de decisão e caracterização das IPSS em Portugal, é lançado um estudo económico intitulado “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” com a informação que, previamente, é recolhida e trabalhada para o efeito, designadamente as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, Anexo às Demonstrações Financeiras, Balancete Antes de Apuramento de Resultados).</p> <p>Durante este ano foram recolhidos e tratados os dados dos anos 2019 e 2020, relativamente a uma amostra estratificada por distritos e natureza jurídica de 1000 IPSS, o que garante uma representação de cerca de 17,73% do total de IPSS e quase 30% do Valor Acrescentado Bruto por estas gerado. A publicação relativa aos anos 2019 e 2020 está no prelo e foi iniciado o tratamento dos dados de 2021.</p>
	Conclusão da criação da plataforma de gestão do conhecimento para o cuidado das pessoas dependentes , em colaboração com a Universidade de Évora.	II.16	<p>Na sequência da parceria existente entre a CNIS e a Universidade de Évora e dos estudos anteriormente realizados foi desenvolvida a Plataforma de Gestão de Conhecimento para Cuidadores de Pessoas Dependentes – GesCon-Dependencia. Esta Plataforma tem como finalidade facilitar o acesso de forma rápida e intuitiva e a partir de qualquer ponto, a uma base de conhecimento empiricamente sustentada e construída com linguagem acessível. Esta base de conhecimento é evolutiva e contém uma seleção de diferentes saberes e de instrumentos pedagógicos e didáticos necessários à prestação dos cuidados às pessoas idosas. A GesCon-Dependência é também considerada como uma “biblioteca virtual”. A sua natureza evolutiva, permitirá que sistematicamente seja atualizada e alimentada</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
			de conteúdos. Nunca será, portanto, um produto acabado. Por tudo isto, a Plataforma deverá ficar alojada nos servidores da Universidade de Évora. Contudo o acesso à mesma será definido pela CNIS.
Negociar e celebrar convenções coletivas de trabalho.	Negociação dos Contratos Coletivos de Trabalho com as frentes sindicais.	II.17	Em 2022 apenas foi publicado em BTE o CCT entre a CNIS e a FNE – BTE n.º 47, de 22 de dezembro de 2022. Chegou-se a acordo com a FNSTFPS tendo sido publicado em BTE já em 2023 – BTE n.º 8, de 28 de fevereiro de 2023.

Eixo Estratégico III – Estabelecimento das parcerias e da cooperação devida e indispensável ao desenvolvimento da ação das IPSS

Objetivo	Ação	N.º	Execução
Negociar, acompanhar e avaliar as matérias de cooperação a implementar pelas instituições no desenvolvimento da sua missão.	Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social: i. Acompanhamento do processo; ii. Avaliação no 2º semestre.	III.1	Pelo Despacho n.º 1246-A/2022, de 28 de janeiro foi prorrogado o prazo de vigência dos acordos de cooperação para o serviço de atendimento e acompanhamento social e dos protocolos RSI celebrados entre os centros distritais do Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições, pelo que a ação ficou prejudicada.
	Comissões Distritais de Cooperação - Acompanhamento e apoio aos representantes da CNIS nas Comissões Distritais de Cooperação.	III.2	No âmbito da assunção de uma metodologia de colaboração foram identificados os representantes da CNIS nas CDC. Em abril foi elaborado e enviado aos representantes da CNIS nas CDC um documento com a síntese da legislação sobre a organização, composição, competências e funcionamento das Comissões Distritais de Cooperação.
	Preparar/fundamentar a participação da CNIS nas negociações do Compromisso de Cooperação para 2023-2024 , considerando:	III.3	Tendo por base a avaliação efetuada aos Compromissos de Cooperação anteriores, globalmente incumpridos, as necessidades e as dificuldades identificadas pelas associadas da CNIS, bem como o atual contexto social, económico e político, em

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	i. Avaliação do cumprimento das ações previstas em Compromissos de Cooperação anteriores e considerados fundamentais; ii. Acompanhamento das necessidades e dificuldades das Instituições; iii. Contexto social, económico e político.		outubro de 2022, a CNIS e a União das Misericórdias Portuguesas elaboraram e apresentaram conjuntamente ao MTSSS uma proposta de Compromisso de Cooperação para o biénio de 2023-2024.
	Realização de 2 Encontros para apresentação e explicação às Associadas da Adenda ao Compromisso de Cooperação 2021-2022 relativo a 2022.	III.4	No ano de 2022, foram assinadas duas Adendas ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Protocolo para o biénio 2021-2022, a 27 de julho e a 12 de dezembro. A 23 de dezembro de 2021 já tinha sido assinada uma primeira Adenda ao Compromisso de Cooperação. Neste âmbito foram realizadas, quatro sessões explicativas das Adendas ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Protocolo para o biénio 2021-2022, para as associadas, via plataforma zoom, que contaram com um total de 1780 participantes de 1545 instituições: três sessões, a 20, 21 e 22 de setembro, relativas à 1ª e 2ª Adendas que contaram com 933 participantes de 801 instituições; e uma sessão, em 20 de dezembro, relativa à 3ª Adenda que contou com 847 participantes de 744 instituições.
	Acompanhamento da execução e avaliação trimestral da concretização do Compromisso de Cooperação 2022.	III.5	Trimestralmente foi apresentado, em reunião de Direção, a avaliação da execução do Compromisso de Cooperação referente a 2022.

Objetivo	Ação	N.º	Execução
	Sessões de trabalho com os dirigentes da União Regional dos Açores sobre a realidade da cooperação e as perspetivas.	III.6	Concretizada conforme ação I.7
	Sessões de trabalho com os dirigentes da União Regional da Madeira sobre a realidade da cooperação e as perspetivas.	III.7	Concretizada conforme ação I.7
Apoio técnico à representação institucional da CNIS.	Preparação de intervenções a serem efetuadas pelos representantes da CNIS em diferentes eventos.	III.8	O departamento técnico prestou apoio à representação da CNIS em 20 eventos – sendo 11 organizados pela CNIS, 1 co-organizado e 8 organizados por outras entidades, com os seguintes âmbitos: i. Preparação e acompanhamento em 10 eventos organizados pela CNIS; ii. Participação em 7 <i>webinars</i> /Conferências, promovidos pelos parceiros; iii. Elaboração de 4 suportes para intervenções CNIS; iv. Intervenção em 7 eventos.
	Preparação das matérias a serem discutidas/enviadas nas/às diversas instâncias, elaboração de pareceres técnicos, nomeadamente relativos a matérias legislativas e de cooperação.	III.9	No âmbito do apoio técnico à representação da CNIS, foram realizados 10 pareceres técnicos, sendo 6 relativos a propostas legislativas.
Participar na execução das iniciativas inscritas	Área da Segurança Social.	III.10	Em 2022, a CNIS participou na execução das seguintes ações inscritas no CC para o ano

Objetivo	Ação	N.º	Execução
no Compromisso de Cooperação 2021-2022, com execução prevista para 2021 e não realizadas.			de 2021 e que, por não terem sido realizadas transitaram para 2022: i. Centro de Dia – não se verificou a apresentação de proposta de regulamentação da resposta e de modelo de comparticipação financeira da SS. Procedeu-se antes ao aumento da comparticipação financeira da SS utente/mês em 11,5%, numa aproximação ao previsto no Pacto de Cooperação para a Solidariedade; ii. Serviço de Apoio Domiciliário – pronúncia sobre proposta de portaria: “as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social do Serviço de Apoio Domiciliário” sem que, até ao momento, se tenha concretizado a sua publicação.
	Área das medidas Ativas de Emprego, Formação Profissional, Capacitação e Qualificação.	III.11	Foi celebrado um Acordo de Cooperação, sobre o Programa Formação Profissional e Qualificação , entre o IEFP, a ANQEP e as 4 Organizações Representativas do Setor Social e Solidário a 13 de janeiro de 2022.
	Áreas da Saúde e Cuidados de Saúde e Apoio Social.	III.12	Nada a registar.
	Área da Educação.	III.13	Nada a registar.
	Área intersectorial dos Cuidados de Saúde, Apoio Social e Educação.	III.14	A ação prevista não se concretizou.
Participar na execução das iniciativas inscritas no Compromisso de Cooperação 2021-2022, com execução prevista	Área da Segurança Social.	III.15	Em 2022, a CNIS participou na execução das seguintes ações inscritas no CC: i. Negociação das atualizações das comparticipações financeiras da SS, atualizações extraordinárias e apoio ao acréscimo de despesas com

Objetivo	Ação	N.º	Execução
para 2022.			<p>alimentação decorrente da situação excepcional de inflação;</p> <p>ii. Negociação do alargamento da medida da gratuidades das creches às crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021 e respetivas comparticipações financeiras;</p> <p>iii. Consensualização de procedimentos extraordinários a aplicar no ano letivo 2022-2023 relativamente ao pedido de comparticipação complementar em creche pela prática de horário de funcionamento superior a 11 horas;</p> <p>iv. Contributos para o guião técnico de apoio à transição da resposta social CAO para CACI elaborado pelo ISS,I.P. sem publicação;</p> <p>v. Consensualização do valor de referência a considerar para o apuramento do limite global anual de comparticipações na resposta social ERPI para os utentes abrangidos por acordo de cooperação;</p> <p>vi. Parecer sobre o relatório de avaliação anual de execução do POAPMC.</p>
	Área das medidas Ativas de Emprego, Formação Profissional, Capacitação e Qualificação.	III.16	<p>i. Valorizar Social – as mudanças verificadas na direção do IIEFP provocaram um atraso no início do programa Valorizar Social, que só foi retomado com a realização de uma reunião a 7 de dezembro. Neste momento está a ser preparado o acordo específico a assinar entre o IIEFP e a CNIS, bem como os ficheiros para apresentação do plano de formação e do orçamento associado;</p> <p>ii. ANQEP – está a ser feita uma revisão integral do Catálogo Nacional de Qualificações, dividindo-o em lotes correspondentes aos conselhos setoriais. A CNIS foi convidada para se</p>

Objetivo	Ação	N.º	Execução
			pronunciar sobre o "Lote 15" que abrange os serviços à comunidade e ficou excluída deste lote a saúde. A CNIS era membro do Conselho Setorial Saúde e Serviços à Comunidade, tendo participado neste trabalho.
	Áreas da Saúde e Cuidados de saúde e Apoio Social.	III.17	Negociação das atualizações financeiras dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas respostas de ambulatório e internamento da RNCCI concretizados pela Portaria n.º 272/2022, de 10 de novembro.
	Área da Educação.	III.18	Nenhuma das ações previstas se concretizou.
	Área intersectorial dos Cuidados de Saúde, Apoio Social e Educação.	III.19	Nenhuma das ações previstas se concretizou.

A CNIS esteve ainda representada:

- Encerramento do Congresso do CDSS-PP, em Guimarães, a 3 de abril;
- Encerramento do Congresso da UGT, em Santarém, a 23 de abril;
- Encerramento do Congresso do PSD, no Porto, a 3 de julho.

A CNIS teve audiência:

- Com o CHEGA, a 26 de abril;
- Com o PSD;
- Com o PCP, a 21 de dezembro.

A CNIS participou:

- Audição na Assembleia da República da Subcomissão para o acompanhamento dos Fundos do PRR, a 25 de outubro;
- A 3 de novembro, numa Audição promovida pelo Tribunal de Contas, no âmbito de uma Auditoria à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Audição a 10 de novembro, no Ministério da Administração Interna, na Comissão de análise integrada da delinquência juvenil e criminalidade violenta criada pelo Despacho n.º 7870-A/2022, de 27 de junho.

A CNIS interveio em diversos Seminários, Encontros e Debates, destacando-se:

- **1ª Webinar Intergeracional de IPSS: “Práticas do agora que mudam o futuro das IPSS”**, promovido pela ChilDiary e a My Senior, no dia 30 de março, intervindo nas sessões de abertura e encerramento;
- **Seminário de Saúde “Desafios e Oportunidades num contexto de uma maior intervenção municipal”** promovido pela Câmara Municipal de Alenquer, a 7 de abril, intervindo no painel “COVID-19 - E depois?”;
- **Ciclo de Debates: “Direitos das pessoas com doença avançada/situação limitadora da vida: Implicação para os cuidados de saúde e respostas sociais”**, promovido pela Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos, no dia 14 de maio, evento *online, streaming Youtube* APCP;
- **4º Encontro Nacional de Cuidadores Informais**, organizado pelo Município de Leiria em parceria com a Panóplia de Heróis – Associação Nacional de Cuidadores Informais, realizado a 5 de novembro, intervindo no painel “Desafios na resposta para o descanso ao cuidador”.

Outras ações não previstas:

- **Desenvolvimento do CRM CNIS** – sistema de gestão da informação interna e relacionamento com as associadas;
- **Conta Satélite da Saúde** – promovida pelo INE, no sentido de rever as contas da saúde, relativamente às despesas de saúde que as IPSS assumem nas respostas sociais, ao nível dos cuidados prestados aos utentes nas ABVD’s – Atividades Básicas da Vida Diária;
- **Apuramento**, em articulação com as restantes Organizações Representativas do Setor Social e Solidário, **dos Custos de Qualificação das Respostas Sociais 2022**, em março de 2022, para as respostas sociais Creche, Lar Residencial, ERPI, CACI e Centro de Dia;
- Na sequência das alterações introduzidas pela 2ª Adenda ao Compromisso de Cooperação e pela Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho quanto à atribuição de uma **comparticipação complementar em creche pela prática de um horário de funcionamento superior a 11 horas**, e perante os constrangimentos que estavam a ser colocados às instituições que efetuaram o seu pedido, a CNIS desenvolveu diversas diligências junto da Secretaria de Estado da Inclusão bem como do ISS, I.P., que culminaram no envio de uma nota às associadas, em novembro de 2022, a esclarecer os procedimentos excecionais a adotar no ano letivo 2022/2023;
- **Realização de uma sessão presencial com as associadas do distrito de Portalegre, no âmbito da Cooperação**, a 17 de outubro de 2022, **que contou com a participação de 38 participantes de 24 instituições;**
- Acompanhando as necessidades do país no acolhimento de pessoas que têm alta hospitalar e que necessitam de apoio social, a CNIS solicitou, em **novembro de 2022**, a colaboração das suas associadas com a resposta social ERPI e Lar Residencial para a **identificação das vagas disponíveis face à sua capacidade instalada – contou com a participação de 470 instituições com ERPI e 76 com LR;**
- Participação, a 22 de março, **no grupo focal do projeto PARENT** – Procriação e Parentalidade em contexto de baixa fecundidade, mudança familiar e crise económica – promovido pelo Instituto

de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e na conferência final do projeto realizada a 22 de setembro;

- Centralização e encaminhamento da informação relativa a **disponibilidades de acolhimento de pessoas deslocadas do conflito na Ucrânia**, em articulação com as entidades públicas competentes;
- Na sequência do trabalho conjunto desenvolvido em 2021, a **Universidade de Évora e o Comprehensive Health Research Centre, em articulação com a CNIS**, levaram a cabo um novo conjunto de iniciativas de formação com o duplo objetivo de:
 - Capacitar os profissionais e as IPSS para a utilização de alguns instrumentos de avaliação diagnóstica, principalmente ao nível da funcionalidade das pessoas idosas;
 - Capacitar os profissionais com competências de intervenção terapêutica destinadas a pessoas com dependência e direcionadas para a prevenção da deterioração cognitiva e mobilização em diferentes situações de cuidados.

Foram realizadas **duas formações para os profissionais das IPSS**:

A primeira dirigida a **qualquer grupo profissional** composta por 4 módulos

- Módulo 1 - Utilização da Plataforma MIAPe e Avaliação da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde das Pessoas Idosas;
- Módulo 2 – Saúde Mental das Pessoas Idosas;
- Módulo 3 – Cuidar de pessoas com dependência no autocuidado;
- Módulo 4 – Gestão da Medicação.

Participaram 146 profissionais. A avaliação foi efetuada por módulos e foi globalmente muito positiva.

A segunda, dirigida a **profissionais diferenciados das IPSS** com o intuito de replicarem a formação aos profissionais menos diferenciados com 7 módulos:

- Módulo 1 – Utilização da Plataforma MIAPe e Avaliação da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde das Pessoas Idosas;
- Módulo 2 – Saúde Mental das Pessoas Idosas;
- Módulo 3 – Cuidar da Pessoa com Demência;
- Módulo 4 – Estratégias de Comunicação com a Pessoa Idosa;
- Módulo 5 – Cuidar de Pessoas com Dependência no Autocuidado;
- Módulo 6 – Gestão da Medicação;
- Módulo 7 – Plano Individual de Cuidados.

Participaram ativamente 45 profissionais, embora se tenham inscrito 72, todos com qualificação superior e muito diversificada. A avaliação foi também globalmente muito positiva.

- Com a Universidade de Évora e no âmbito do *Comprehensive Health Research Center*, do Instituto Internacional de Investigação e Inovação em Envelhecimento – Capitaliza (financiado pelo POCTEP - 0786_CAP4ie_4_P) e do Doutoramento em Ciências e Tecnologias da Saúde e Bem-Estar, seis estudantes com aprovação e registo dos respetivos projetos, desenvolvem os estudos, na área do envelhecimento ativo, definição de perfis funcionais e qualidade de vida. Os projetos

desenvolver-se-ão em Unidades da RNCCI, nos Serviços de apoio domiciliário, nos Centro de dia e nas Estruturas residenciais para pessoas Idosas. Os doutorandos comprometeram-se a apresentarem os resultados dos estudos. Os estudos a desenvolver são:

- Funcionalidade, Saúde e Qualidade de Vida na População Mais Velha com Multimorbilidade da Região do Alentejo Central;
- Cuidados centrados na pessoa idosa com depressão: avaliação diagnóstica e treino metacognitivo;
- Necessidade de Cuidados Paliativos da Pessoa mais Velha Institucionalizada em Portugal: Proposta de Modelo de Cuidados Centrados na Pessoa;
- Perfil Funcional das Pessoas com 65 e mais Anos De Idade Com Multimorbilidade;
- Proposta de Modelo de Cuidados Centrados nas Pessoas com 65 e mais Anos de Idade, Residentes em ERPI, com Base no Perfil Funcional;
- Perfil da pessoa idosa dependente e seu cuidador em contexto domiciliário: Proposta de modelo de cuidados.

Aprovado pela Direção da CNIS em 06 de março de 2023

A Direção,

Lino Maia

Eleutério Alves

Roberto Mariz

Gil Tavares

Alfredo Cardoso

Ana Maria Lima

José Baptista

Maria João Quintela

Maria José Miranda

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS – 2022

A Direção propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2022, no valor de 20.197,26 € sejam transferidos para Resultados Transitados.

A Direção,

Lino Maia

Eleutério Alves

Roberto Mariz

Gil Tavares

Alfredo Cardoso

Ana Maria Lima

José Baptista

Maria João Quintela

Maria José Miranda

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Balanco em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	3, 5	151.610,26	165.614,15
Investimentos financeiros	3, 9	24.296,17	26.456,73
		175.906,43	192.070,88
<u>Activo corrente</u>			
Créditos a receber	3, 9	1.752,77	11.715,77
Estado e outros entes públicos		754,06	1.311,86
Diferimentos		5.820,30	5.304,15
Outros ativos correntes	3, 9	357.309,38	323.854,67
Caixa e depósitos bancários	4, 9	750.154,15	731.606,76
		1.115.790,66	1.073.793,21
Total do ativo		1.291.697,09	1.265.864,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		511.126,87	511.126,87
Resultados transitados		574.385,39	560.645,54
Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais		114.040,00	114.040,00
Resultado líquido do período		20.197,26	13.739,85
Total dos fundos patrimoniais		1.219.749,52	1.199.552,26
Passivo			
<u>Passivo não corrente</u>			
		0,00	0,00
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	3, 9	30.038,15	3.755,74
Estado e outros entes públicos		8.209,75	11.204,72
Financiamentos obtidos	9	0,00	0,00
Outros passivos correntes	3, 9	33.699,67	51.351,37
		71.947,57	66.311,83
Total do passivo		71.947,57	66.311,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.291.697,09	1.265.864,09

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração Individual de Fluxos de caixa

Período Findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		82.558,66	57.001,11
Pagamentos a fornecedores		-530.654,25	-1.030.723,63
Pagamentos ao pessoal		-179.426,50	-189.070,58
Caixa gerada pelas operações		-627.522,09	-1.162.793,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/ pagamentos		643.947,29	1.886.272,91
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16.425,20	723.479,81
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-10.169,64
Investimentos financeiros		2.005,80	-1.709,30
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		116,39	56,05
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		2.122,19	-11.822,89
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		18.547,39	711.656,92
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		731.606,76	19.949,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	750.154,15	731.606,76

A Direção

A Contabilista Certificada

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	3, 7	83.941,52	83.801,43
Subsídios, doações e legados à exploração	3, 8	822.422,68	894.788,91
Fornecimentos e serviços externos	13.3	-584.845,08	-598.551,46
Gastos com o pessoal	10	-291.188,85	-334.731,61
Outros rendimentos	13.1	30.315,99	18.093,89
Outros gastos	13.2	-26.694,83	-35.944,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.951,43	27.456,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	-14.003,89	-13.772,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.947,54	13.683,80
Juros e rendimentos similares obtidos	13.4	249,72	56,05
Resultado antes de impostos		20.197,26	13.739,85
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		20.197,26	13.739,85

A Direção

O Contabilista Certificado

ANEXO

Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis

1 — Identificação da entidade:

1.1 — Designação da entidade:

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Rua da Reboleira, nº 47

4050 – 492 Porto

NIF: 501 146 253

1.2 — Natureza da atividade:

A entidade tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comum às instituições particulares de solidariedade social.

A CNIS tem ainda como finalidades principais:

- Representar, promover e assumir a defesa dos interesses comuns das instituições particulares de solidariedade social;
- Coordenar a atividade das associadas relativamente a quaisquer entidades públicas e privadas;
- Promover o desenvolvimento da ação das instituições particulares de solidariedade social e apoiar a cooperação entre as mesmas na realização dos respetivos fins; e
- Contribuir para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições particulares de solidariedade social no seio das comunidades.

Para a realização das suas finalidades, são atribuições da CNIS:

- Realizar ações que visem o reforço de cooperação e do intercâmbio, bem como o conhecimento recíproco das instituições;
- Organizar serviços e ações de apoio às instituições particulares de solidariedade social, suas federações e uniões;
- Criar e fomentar oportunidades e programas de formação profissional e medidas de inserção social, quer segundo projetos da sua própria iniciativa, quer mediante acordos com outras entidades públicas ou privadas;
- Celebrar convenções coletivas de trabalho;

- Estimular a investigação, compilar e divulgar documentação, realizar reuniões, cursos, colóquios, conferências, debates ou encontros e intervir nos órgãos de comunicação social, no âmbito das finalidades que prossegue.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 — As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações previstas no decreto-lei 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro e arredondadas à unidade.

2.2 — **Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 — **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

3 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação e
- Informação comparável.

3.2 — Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados a justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo que figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração do reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Ativos Intangíveis

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve ser determinado como preconizado para os ativos fixos tangíveis.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

3.2.3 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2.4 – Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) a entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) os subsídios serão recebidos.

3.2.5 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

4 — Fluxos de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

Enquadramento da política

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos.

Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

4.1 — Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	639 €	465 €
Depósitos bancários	249 515 €	231 142 €
Outros depósitos bancários	500 000 €	500 000 €
Caixa e seus equivalentes	750 154 €	731 607 €

5 — Ativos fixos tangíveis:

5.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Em 2014 foi doado à CNIS o imóvel na Rua da Reboleira – Porto. O referido imóvel foi doado na condição de ser utilizado como sede da CNIS, estando sujeito uma cláusula de reversão caso se deixe de cumprir a condicionante de doação do imóvel.

b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Outros ativos fixos tangíveis				
- Terrenos e recursos naturais	0 €		0 €	
- Edifícios e outras construções	170 959 €	27 353 €	170 959 €	30 773 €
- Equipamento de Transporte	19 498 €	9 081 €	19 498 €	13 956 €
- Equipamento administrativo	66 719 €	55 128 €	66 719 €	60 838 €
- Outros ativos fixos tangíveis	3 073 €	3 073 €	3 073 €	3 073 €
Total	260 249 €	94 635 €	260 249 €	108 640 €

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo a 31 de dezembro de 2021	€	170 959 €	19 498 €	66 719 €	3 073 €	260 249 €
Aquisições			0 €	0 €		0 €
Revalorizações						- €
Alienações	€	0 €	0 €	0 €		0 €
Saldo a 31 de dezembro de 2022	€	170 959 €	19 498 €	66 719 €	3 073 €	260 249 €
Depreciações e perdas imparidade acumuladas						
Saldo a 31 de dezembro de 2021		27 353 €	9 081 €	55 128 €	3 073 €	94 635 €
Depreciações do período		3 419 €	4 875 €	5 710 €		14 004 €
Alienações		0 €	0 €	0 €		0 €
Saldo a 31 de dezembro de 2022	- €	30 772 €	13 956 €	60 838 €	3 073 €	108 639 €
Valor líquido	€	140 187 €	5 542 €	5 881 €	- €	151 610 €

6 — Ativos intangíveis:

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Ativos Intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

b) A quantia escriturada bruta e a amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas
Ativos intangíveis				
- Programas de computador	5.112 €	5.112 €	5.112 €	5.112 €
Total	5.112 €	5.112 €	5.112 €	5.112 €

c) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	Programas de computador	Total
Ativo Bruto		
Saldo a 31 de dezembro de 2021	5 112 €	5 112 €
Aquisições		- €
Transferências/Outros		- €
<u>Alienações</u>		- €
Saldo a 31 de dezembro de 2022	5 112 €	5 112 €
Amortizações e perdas imparidade acumuladas		
Saldo a 31 de dezembro de 2021	5 112 €	5 112 €
Depreciações do período		- €
Transferências/Outros		- €
<u>Alienações</u>		- €
Saldo a 31 de dezembro de 2022	5 112 €	5 112 €
Valor líquido	0 €	0 €

7 — Rendimentos e gastos:

7.1 — Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Prestação de serviços	83 942 €	83 801 €

8 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

8.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração dos resultados.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

Entidade	2022	2021
Instituto Segurança Social	385 423 €	385 423 €
POISE II	0 €	148 490 €
POISE III	412 500 €	350 876 €
Donativos	24 500 €	10 000 €
Total	822 423 €	894 789 €

Instituto Segurança Social

O valor reconhecido é de 385 423 euros associado ao apoio financeiro estabelecido no Protocolo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário.

POISE II e III

No decorrer do ano de 2021, foi encerrada a candidatura ao POISE II (POISE-03-4639-FSE-000286), tendo sido submetida uma nova candidatura ao POISE III (POISE-03-4639-FSE-0844) com o objetivo estratégico de robustecer a capacidade institucional da CNIS, estimular o trabalho em rede para a inovação e o empreendedorismo social e fortalecer a gestão e a sustentabilidade das Instituições. O término de execução deste projeto estava previsto acontecer até 30/09/2022, não tendo sido possível executá-lo em tempo útil, foi solicitada e concedida a prorrogação do prazo até 31/01/2023.

Donativos

O montante reconhecido em 2022 diz respeito a donativos que foram concedidos sem qualquer contrapartida pecuniária ou comercial.

Entidade	Donativo
Fundação Manuel António da Mota	2.500 €
CASES	1.500 €
Lablad, Lda.	750 €
F3M - Information Systems, S.A.	1.750 €
UNITATE	2.000 €
Banco Santander Totta, S.A.	5.000 €
Caixa Económica Montepio Geral	10.000 €
Mistolin Profissional, S.A.	1.000 €
Total	24.500 €

c) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas coletivas.

9 — Instrumentos financeiros:

9.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, se estivermos perante instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

ATIVOS FINANCEIROS	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Correntes						
Investimentos financeiros	24.296 €		24.296 €	26.457 €		26.457 €
	24.296 €	- €	24.296 €	26.457 €	- €	26.457 €
Correntes						
Disponibilidades:						
Caixa	639 €		639 €	465 €		465 €
Depósitos a Ordem	249.515 €		249.515 €	231.142 €		231.142 €
Depósitos a Prazo	500.000 €		500.000 €	500.000 €		500.000 €
	750.154 €	- €	750.154 €	731.607 €	- €	731.607 €
Ativos financeiros ao custo:						
Créditos a receber	1.753 €		1.753 €	11.716 €		11.716 €
Outros Ativos Correntes	357.309 €		357.309 €	323.855 €		323.855 €
	359.062 €	- €	359.062 €	335.571 €	- €	335.571 €

PASSIVOS FINANCEIROS		
Descrição	2022	2021
Corrente		
Passivos financeiros ao custo:		
Fornecedores	30.038 €	3.756 €
Financiamentos Obtidos	- €	- €
Outros passivos correntes	33.700 €	51.351 €
Diferimentos		
Total	63.738 €	55.107 €

10 — Benefícios dos empregados:

10.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.

O número médio de empregados no exercício foi de oito.

No exercício de 2022 houve a saída de 3 funcionários.

10.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

A Direção é constituída por nove membros.

Em janeiro de 2023, em sede de Assembleia Geral, foram nomeados novos membros dos órgãos sociais para o mandato de 2023-2026.

11— Acontecimentos após a data do balanço:

Em janeiro de 2023, em sede de Assembleia Geral realizada em 14 de janeiro de 2023, foram nomeados os novos membros dos órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direção) para o mandato de 2023-2026.

12— Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Dívidas ao Estado e à Segurança Social:

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2022 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

13— Outras divulgações:

13.1- Outros Rendimentos:

A rubrica de Outros Rendimentos é constituída por:

OUTROS RENDIMENTOS		
Descrição	2022	2021
Congresso	5 000 €	0 €
Comparticipação na Festa de Solidariedade	5 000 €	7 500 €
Apoio Financeiro CASES	20 000 €	10 000 €
Outros	316 €	594 €
Total	30 316 €	18 094 €

13.2- Outros Gastos:

A rubrica de Outros Gastos é constituída por:

OUTROS GASTOS		
Descrição	2022	2021
Impostos Diretos	112 €	102 €
Correções relativas período anterior	16 980 €	10 883 €
Donativos	0 €	0 €
Quotizações	5 484 €	5 484 €
Insuficiência Estimativa p/ Impostos	0 €	0 €
Distribuição Gratuita de Jornais	4 119 €	4 047 €
Protocolo de colaboração-COLABOR	0 €	15 429 €
Total	26 695 €	35 945 €

13.3- Fornecimentos e Serviços Externos:

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos é constituída por:

FORNECIMENTOS SERVIÇOS EXTERNOS	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos	<u>0,00 €</u>	<u>0,00 €</u>
Serviços Especializados	<u>399 566,00 €</u>	<u>466 591,99 €</u>
Trabalhos especializados	198 498,89 €	303 706,92 €
Publicidade e Propaganda	14 688,97 €	9 997,50 €
Vigilância e segurança	84,26 €	963,01 €
Honorários	179 950,20 €	140 497,09 €
Conservação e reparação	6 001,82 €	11 286,97 €
Outros	341,86 €	140,50 €
Materiais	<u>7 747,48 €</u>	<u>3 219,54 €</u>
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	2 378,12 €	1 171,75 €
Livros e Documentação Técnica	0,00 €	0,00 €
Material de escritório	3 418,71 €	2 042,59 €
Artigos para oferta	1 937,25 €	0,00 €
Outros	13,40 €	5,20 €
Energia e fluídos	<u>3 844,39 €</u>	<u>2 852,17 €</u>
Eletricidade	2 163,22 €	2 005,96 €
Combustíveis	1 085,32 €	270,27 €
Água	595,85 €	575,94 €
Deslocações, estadas e transportes	<u>132 834,99 €</u>	<u>97 081,06 €</u>
Deslocações e estadas	132 067,04 €	96 520,50 €
Outros	767,95 €	560,56 €
Serviços diversos	<u>40 852,22 €</u>	<u>28 806,70 €</u>
Rendas e alugueres	4 728,41 €	4 745,00 €
Comunicação	33 905,32 €	23 440,21 €
Seguros	594,30 €	387,40 €
Contencioso e notariado	60,43 €	30,43 €
Despesas de Representação	0,00 €	0,00 €
Limpeza, higiene e conforto	503,33 €	203,66 €
Outros serviços	1 060,43 €	0,00 €
Total	<u>584 845,08 €</u>	<u>598 551,46 €</u>

13.4- Juros e rendimentos similares obtidos:

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é constituída por:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		
Descrição	2022	2021
Juros depósito a prazo	249,72 €	56,05 €
Total	249,72 €	56,05 €

Porto, 6 de março de 2023